



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 277 -----

----- Aos cinco dias do mês de Outubro de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária solene e comemorativa do Centenário da Implantação da República Portuguesa a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD - PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão extraordinária solene e comemorativa do centenário da Implantação da República Portuguesa da Assembleia Municipal de Anadia, começando por agradecer a presença de todos.-----
- Antes de formalmente dar início à cerimónia, informou o Plenário de que, de acordo com o Artigo 16.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, tinha sido aceite a substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Batista Veiga, pelo Senhor Manuel Martins Loureiro. Igualmente, e de acordo com os Artigos 11.º e 15.º do mesmo Regimento, tinha sido aceite a substituição da Senhora Deputada do Grupo Municipal do PS, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, pela cidadã posicionada imediatamente a seguir na lista do Partido, Isabel Cristina da Silva Gonçalves. Assim, informou ter conferido a identidade dos dois cidadãos, pelo que estava autorizada a sua permanência enquanto membros activos daquela sessão da Assembleia Municipal.-----
- Entretanto, referiu que se encontravam reunidos naquele dia para celebrar, em conjunto, e numa cerimónia que quiseram simples, mas com sentido e significado, os Cem Anos da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Implantação da República Portuguesa. Acrescentou, também, que a cinco de Outubro de mil novecentos e dez, o País deixava uma forma de governação de cerca de sete séculos, para enveredar por uma nova forma de governação. Deixava de ser um reino, governado por um Rei, e passava a ser uma República, governada por alguém que iria ser escolhido pelo Povo, para, em nome do Povo, governar o País.-----

----- Assim, e tal como tinha ficado combinado na reunião de líderes, lembrou que a cerimónia se iria cingir aos discursos de cada um dos representantes dos Grupos Municipais, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do seu próprio.-----

----- De imediato, deu início ao momento das intervenções, tendo chamado o Senhor Deputado João Morais, em representação do Grupo Municipal da CDU, para efectuar o seu discurso, o qual se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Minhas Senhoras. Meus Senhores. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Senhores Presidentes de Junta. Estimado público. Encontramo-nos aqui, hoje, a comemorar os cem anos da Implantação da República. Momento esse que não tive o privilégio de viver, mas que, com os meus conhecimentos, verifiquei que essa República apenas teve dezasseis anos de vida. Pôs termos a uma Monarquia em que dominava o Rei, a Nobreza, o Clero e o Povo. O Povo, na base da pirâmide.*-----

----- *Com a Implantação da República, algumas conquistas o Povo conquistou. Pode, pela primeira vez, escolher um governo por sufrágio directo, não para todos os cidadãos, pois a Constituição que foi criada apenas dava direito a voto às pessoas que soubessem ler e escrever. Essa República teve uma duração curta, porque, infelizmente, os Republicanos encontravam-se divididos em duas facções: a facção dos Maçons e a facção do Clero. Levou a um desentendimento muito rápido e, então, surgiu-nos a ditadura do Estado Novo, que nos governou, também, durante quarenta e oito anos.*-----

----- *O Estado Novo caiu e veio uma nova Revolução: a Revolução dos Cravos que ainda hoje permanece com trinta e seis anos. E eu pergunto, ao fim destes anos todos, será que nós vivemos melhor? Penso que não. E penso que não porque, ainda recentemente, em Maio, quando o País caminhava para uma crise política, ouvimos o nosso Primeiro-ministro dizendo que estávamos afastados da crise económica, que estávamos na recuperação. Infelizmente, todas essas mentiras que penetram todos os dias dentro das nossas residências, nos três ecrãs da televisão, acabou por vir a verdade à superfície e, então, o que verificamos? Com o Tratado de Lisboa, em que foi conhecido pelo "porreiro, pá", verificamos que foi-nos imposto um acordo, com a maioria do Bloco Central, que nos impôs todas estas restrições que recentemente estamos a sofrer, que é o PEC três. E, então, o que é que nos trouxe o PEC três? Trouxe-nos mais precariedade, mais desemprego, mais miséria, em favor de uma vertente económica, que é a banca internacional. E não é por acaso, que ainda no dia vinte e sete de Setembro, o alto representante da OCDE, o Senhor Almunia, veio a Portugal aplaudir as medidas que este Governo impôs aos portugueses. Utilizou aquele velho instrumento, em que as crianças*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

brincavam na escola, como eu brinquei, que era o conhecido rapa. O rapa que este Governo nada pôs para bem da situação social dos trabalhadores portugueses. Utilizou o rapa e rapou-nos tudo, para não chamar outro nome mais feio ao nosso Governo. Portanto, rapou-nos tudo, deixou-nos numa situação de miséria. Hoje o que é que verificamos? Que algumas das conquistas de Abril, inclusivamente o próprio abono de família das pessoas mais precárias deste País, vão deixar de receber vinte euros. Portanto, é só para vocês poderem verificar a situação em que hoje o País vive.-----

----- Mas, eu não quero aqui, na qualidade de Deputado, quero aqui apenas tomar a posição da organização do Partido Comunista do Concelho de Anadia. Na qualidade de Portugueses dignos defensores da soberania nacional e dos princípios consignados na Constituição, os militantes do PCP de Anadia repudiam mais esta posição de subjugação aos interesses da banca internacional que os nossos Miguéis de Vasconcelos vêm tomando, alertando o Povo deste concelho para as suas gravosas consequências económicas, políticas, sociais, e fazem um apelo à união de todos no combate a esta política desastrosa com que o Governo do PS nos vem conduzindo Portugal.-

----- Portanto, a posição que os militantes do Partido Comunista no concelho de Anadia tomam é que haja união nas futuras lutas que vão sendo tomadas para travarmos esta ofensiva desastrosa que nos leva à falência e à bancarrota do nosso País. Por isso, termino com uma frase: Viva Portugal! Viva os combatentes da Liberdade e da Justiça Social!"-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que, em representação do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Cumprimento a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta, os representantes das Autoridades Cíveis e Militares, os representantes das diferentes entidades do concelho, os elementos presentes da Comunicação Social e os cidadãos do concelho de Anadia.-----

----- Há na História momentos que marcam a vida dos Estados e dos Povos. A Implantação da República foi um desses momentos.-----

----- Comemora-se hoje, dia cinco de Outubro de dois mil e dez, o Centenário da Implantação da República.-----

----- Relembro que no final do Século XIX, início do Século XX, durante o reinado de D. Carlos, Portugal vivia uma crise económica muito grave e o povo estava cada vez mais insatisfeito. Em mil novecentos e oito, após o assassinato de D. Carlos, sucedeu-lhe seu filho D. Manuel II, que só governou durante dois anos, num período marcado por agitadas revoluções sociais. No meio dessa agitação, surgiu o Partido Republicano, que foi contando com um número cada vez mais elevado de adeptos, que se manifestavam contra a Monarquia. O Partido Republicano afirmava que só uma mudança de regime poderia salvar Portugal.-----

----- No dia quatro de Outubro de mil novecentos e dez, Portugal amanheceu com a Revolução Republicana e no dia seguinte, a cinco de Outubro, foi proclamada a República. A Bandeira Portuguesa mudou de tons, passou a ser vermelha e verde, e o Hino Nacional a "Portuguesa".



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Criou-se uma nova moeda, o Escudo, que veio substituir o Real, a moeda da Monarquia.-----

----- O ideário republicano, marcado pelas grandes clivagens da viragem para o Século XX, assentava num projecto de uma nova cidadania, no caminho para o progresso e para os valores da liberdade, da igualdade, essenciais para um Estado democrático, que permitiriam a todos os cidadãos uma participação efectiva e activa.-----

----- Estabelecer um paralelismo entre a República e o presente, não é uma tarefa nem longa, nem árdua. Cem anos depois, Portugal continua a carecer da implementação de valores comuns, como a cidadania, a liberdade, a democracia, valores de unidade, de sensibilidade pelos mais carenciados, valores de justiça e de verdade, valores de boa gestão do erário público, valores que tornam um País mais coeso e forte, projectado para o futuro.-----

----- Não resisto em ler um texto de Eça de Queiroz, publicado no primeiro número d'As Farpas, um retrato do País no Século XIX, que não é muito diferente do Portugal dos dias que correm, e passo a citar: "O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes, exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O Povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo. A certeza deste rebaixamento invadiu todas as consciências. Diz-se por toda a parte: o País está perdido!".-----

----- Portugal atravessa momentos dramáticos e de grande exigência. Movem-nos, contudo, sentimentos de esperança e a certeza de que está na altura de recomeçar a construção no presente de um futuro, mas de um futuro realista.-----

----- Ou começamos a exercer os nossos direitos de cidadania, ou nunca descortinaremos que foi precisamente a nossa falta de atenção para as coisas da cidadania que nos fixou na tradição, irremediável, de sermos o Povo pior governado, de entre aqueles com quem gostamos, ao mais alto nível, de nos comparar. Hoje, tal como há cem anos!"-----

----- Em representação do Grupo Municipal do PS, foi concedida, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, que encerrou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Bom dia a todos. Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo público. Não posso felicitar a imprensa porque parece que não vejo ninguém da comunicação social. Portanto, nesta cerimónia íntima, vamos comemorar, vamos falar sobre este centenário da República.-----

----- Estas comemorações do Centenário da I República têm servido de pretexto para livros, artigos de jornais, colóquios e debates sobre a nossa História. É um contacto que acho salutar dos cidadãos, das escolas, com a nossa história. Passados cem anos, há ainda muita paixão nestes debates, e também muito desconhecimento. Há opiniões muito contrastantes: para uns,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tudo o que a I República fez foi bom; para outros, foi tudo mau. A maioria dos historiadores, porém, reconhece que a I República fez coisas boas, mas também erros, que saíram caros. É esta a abordagem que vos proponho: comemorar, sim, mas sem perder o sentido crítico. Se, como se diz, a História é a mestra da vida, então que a consciência dos erros do passado sirva para melhorarmos o nosso presente e o nosso futuro.-----

----- O que comemoramos no Centenário da República? Comemoramos o princípio da soberania da Nação, em vez da soberania de um rei. Se quiserem, comemoramos a superioridade do princípio electivo, do princípio da eleição do chefe do Estado sobre o princípio dinástico. Se quiserem, ainda, comemoramos o princípio da igualdade dos cidadãos, sem que haja um cidadão, ou vários cidadãos, que sejam superiores por uma questão ou por um acaso de nascimento. Somos todos cidadãos iguais.-----

----- Apesar dos falhanços, os republicanos tiveram o mérito, conseguiram preservar e manter vivo, em sucessivas gerações, durante a longa ditadura do Estado Novo, esse princípio da soberania da Nação. E souberam transmiti-lo no 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, em versão melhorada. Não se cometeram então os mesmos erros. Não se perseguiu a Igreja e, é consensual, mesmo, entre aqueles Republicanos mais assumidos, que esse foi um erro que deitou a perder a República. Aliás, no vinte e cinco de Abril abriu-se um ambiente de tolerância e de convivência entre ideias e crenças diferentes. Realizaram-se eleições verdadeiras, em mil novecentos e setenta e cinco, as primeiras verdadeiras da História do nosso País. E conseguiu-se que a política funcionasse em condições de estabilidade, que contrastam com a desordem que afectou a I República.-----

----- Isso foi assim, não só por obra dos políticos, mas, sobretudo, na minha opinião, pela evolução da própria sociedade. A sociedade, de facto, evoluiu muito e continuou a evoluir com o alargamento da classe média, mais alfabetizada, mais informada sobre os valores democráticos correntes na Europa. E foi essa evolução da sociedade que impediu que o radicalismo, que já tinha perdido a República de mil novecentos e dez, perdesse também o processo democrático a seguir ao 25 de Abril. E desde então até hoje, apesar das dificuldades, tem prevalecido esse princípio da soberania da Nação, em condições de estabilidade e de regular funcionamento das instituições.-----

----- No entanto, o valor da soberania da Nação não entrou no nosso país pela mão da República, há cem anos. Já tinha entrado algum tempo antes com a Revolução Liberal de mil oitocentos e vinte, embora ainda no quadro da Monarquia. Eu acho que, daqui a dez anos, deveríamos comemorar, também, o bicentenário da Revolução Liberal. O nosso José Luciano de Castro foi um dos políticos mais eminentes desse período liberal, chamado liberal ou da Monarquia Constitucional, desses políticos que pela primeira vez em Portugal praticaram, de forma continuada, valores e regras que são correntes nas democracias actuais, constituição, parlamento, eleições, partidos, imprensa livre, igualdade de direitos cívicos entre os cidadãos, que são valores introduzidos, antes da República, ainda, pelo nosso José Luciano de Castro, que temos aqui tão perto no seu monumento. E faz sentido lembrá-lo aqui, porque ele sempre



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defendeu uma monarquia, cito: «rodeada de instituições democráticas», e lutou contra as ofensas à soberania da Nação, e à soberania do Povo, em particular nas chamadas «ditaduras» de João Franco, ao ponto de dizer: «Acima da Monarquia está a Liberdade». O modelo de monarquia que José Luciano de Castro defendia não está longe das monarquias que hoje vigoram, por exemplo, no norte da Europa e que são, também, como vocês sabeis, algumas das melhores democracias do mundo. Há cem anos, monarquia e democracia eram incompatíveis, mas hoje não, felizmente, porque essas monarquias evoluíram no sentido de dar o predomínio ao princípio da soberania da Nação; e, como sabem, quem nelas comanda a política, já não é o rei, mas é o voto do Povo soberano.-----

----- Ainda aqui há tempos, há uns vinte ou trinta anos, tivemos o exemplo na nossa vizinha Espanha, que foi o Rei que salvou a democracia e temos lá partidos que são assumidamente republicanos, que não põem em causa a Monarquia. Mas cada povo tem a sua história e não está na agenda da nossa política, não é questão de se fazer reviver a Monarquia em Portugal. Temos a República e temo-la bem e eu sou optimista e não tenho qualquer dúvida em afirmar que a actual República, a seguir ao vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, é o regime mais perfeito que alguma vez tivemos em Portugal.-----

----- E, então, falando, agora, do presente. A actual crise económico-financeira, que nos afecta, a nós em Portugal, assim como a outros países do mundo, põe-nos à prova como Nação soberana e como sociedade evoluída. É um desafio que temos. Neste fim-de-semana, eu vi um líder partidário dizer que o povo português era cada vez menos soberano e que soberano cada vez mais era o credor. E vi, também, um jornal de fim-de-semana dizer que quem empresta a Portugal já só é o Banco Central Europeu, isto é, a chamada banca internacional já não nos quer emprestar. Isto é um desafio sério que temos para preservar a nossa soberania como nação e como sociedade evoluída.-----

----- De onde é que veio esta crise? Nós em Portugal, e não há-de ser só em Portugal, gostamos muito de nos dedicarmos ao jogo de encontrar os culpados, quem são os culpados. Muitas vezes, isso é uma forma de cada um sacudir as águas, sacudir o seu capote, as suas próprias responsabilidades. De onde veio esta crise? Para além da envolvente internacional, que agrava muito as coisas, há razões que são nossas, portuguesas, já que vivemos, desde há muito anos, acima dos nossos recursos e, portanto, dependentes do crédito externo. Pergunto: será que a responsabilidade é deste governo dos últimos anos? Será que a responsabilidade é também dos governos anteriores? E as oposições que se têm empenhado em manifestações, em reivindicações irrealistas, não serão responsáveis? E também não será responsabilidade de muitos cidadãos, ou grupos de cidadãos, que têm mantido comportamentos de consumo excessivo, de desperdício, de trabalho ineficaz?-----

----- A soberania do povo envolve não apenas direitos, mas também deveres. Se o povo é soberano nas suas escolhas, o povo é responsável. E há, portanto, aqui um sentido de responsabilidade que eu reputo, que é alargado e generalizado. E é como sociedade que devemos olhar para os problemas que temos, e é como sociedade que temos que encontrar as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

soluções. Toda a sociedade portuguesa está desafiada a encontrar a solução – não só os políticos, mas todos os cidadãos enquanto consumidores, enquanto trabalhadores, enquanto contribuintes, enquanto eleitores. Já passámos por situações de crise económico-financeira muito piores do que esta, que é grave. Estamos envolvidos numa crise internacional que é considerada a pior dos últimos oitenta anos. No tempo de José Luciano de Castro houve uma bancarrota, porque então se construíram caminhos-de-ferro e não havia subsídios da CEE, como se costumava dizer, ainda há pouco tempo, e toda a rede ferroviária dessa altura foi feita com crédito externo, bastou um aval para uma crise muito pior do que a actual, e durante dez anos Portugal praticamente não pode recorrer ao dinheiro do estrangeiro. A seguir à Primeira Guerra Mundial, já no tempo da República, houve uma crise muito pior do que esta. Os anos trinta eram anos de mendicidade generalizada. Já mais recentemente, tivemos alguns problemas, mas esta é de facto uma situação grave, não vamos negá-la. Mas assim como vencemos outras piores, havemos de vencer esta também.-----

----- Ninguém nos livra de ajustarmos os nossos padrões de consumo e os nossos métodos de trabalho e de organização, a fim de conseguirmos mais resultados com menos recursos. É este o desafio. É muito simples de dizê-lo, muito difícil de praticá-lo. Com menos recursos, temos que conseguir melhores resultados. É geral, é individual, é nas empresas, é nas Autarquias, é na Administração Pública, é nos Hospitais, é nas Escolas, é em todo o lado. Não há cá salvadores, não há outros que façam o que só a nós compete fazer. As crises podem ser vistas como ameaças ou como oportunidades. Passa-se com cada um de nós, passa-se num casal, passa-se numa empresa, passa-se numa nação. E, para terminar, para não querer ser pessimista, eu tenho confiança que venceremos esta prova e que, assim, honraremos os valores de Nação soberana que nos foram legados pelos nossos antepassados. Viva a República! Viva Portugal!”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga que, em representação do Grupo Municipal do PPD/PSD, formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Público presente. As saudações para todos. E começaria por ler estas linhas que aqui escrevi.-----

----- Um povo sem memória é um povo sem história e sem futuro. Mas nós, portugueses, temos muito orgulho nos quase oitocentos e setenta anos de história. Mas não podemos ter só memória de feitos heróicos, não podemos pensar só na Epopeia dos Descobrimentos ou Aljubarrota e esquecer Alcácer-Quibir.-----

----- Hoje, cinco de Outubro de dois mil e dez, lembramos os cem anos da Implantação da República e, mais uma vez, não podemos ficar pelo lado positivo porque a monarquia não caiu quando José Relvas, da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa, proclamou a República.-----

----- A monarquia já agonizava e podemos mesmo definir como marco dessa agonia, por um lado, o ultimato da Inglaterra em mil oitocentos e noventa, por outro, os ventos que sopravam



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultantes da revolução francesa do século anterior e a crescente e natural implantação do Partido Republicano Português, acabado de nascer.-----

----- Se juntarmos as fraquezas políticas, as intrigas partidárias e todas as manobras parlamentares associadas que levaram a uma crise que, para além de partidária, era moral, social e económica, podemos afirmar que a monarquia tinha os seus dias contados e o fim estava próximo.-----

----- Durante estes vinte anos (de mil oitocentos e noventa a mil novecentos e dez), a monarquia mais não fez que autodestruir-se. Permito-me ler-vos dois extractos de jornais da época, o primeiro refere, e passo a citar: "o estado financeiro é mau, a despesa longe de diminuir, ou pelo menos estacionar, aumenta consideravelmente, precisamos de um novo regime económico"; o segundo diz, e volto a citar: "o país está cada vez mais pobre e endividado. A vida torna-se cada vez mais difícil com a subida dos preços. A classe média enfrenta grandes dificuldades. Só os ricos vivem bem."-----

----- Por momentos, Vossas Excelências, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pensaram que estava a falar da situação política, social e económica actual. Não. Estava a falar de mil novecentos e dez. É que, tal como hoje, em mil novecentos e dez governava-se, não direi contra o povo, mas o povo não percebia a governação, à classe média tudo se pedia, caminhando para a sua extinção. Se pensarmos em outros momentos da nossa história, como em mil novecentos e vinte e seis ou mil novecentos e setenta e quatro, encontraremos sempre as mesmas ou semelhantes origens para as convulsões realizadas.-----

----- Mas hoje, dois mil e dez, Século XXI, podemos estar descansados porque temos uma democracia consolidada, temos um povo que reage mais com as palavras e quem tem armas não terá razões fortes para as utilizar, portanto, o povo, aquele povo que está desempregado, que vive de uma reforma que não chega para os medicamentos, cada vez mais caros e menos participados, aquele povo a que chamávamos classe média e que, provavelmente, teremos de passar a chamar classe mínima, a esse povo, só resta que as instituições democráticas actuais funcionem.-----

----- Se em mil novecentos e dez se depuseram os gestores do país que não foram capazes e conduziram-no à ruína económica e social, fazendo grassar a miséria da maioria, em oposição ao enriquecimento rápido e inexplicável de uns quantos amigos, que ao povo que dia a dia luta pelas condições mínimas de vida, respondendo sempre com uma fatia cada vez maior do seu trabalho para o bem de todos, em oposição a um número cada vez maior grupo de amigos que estão acima de tudo, hoje não restará a esse povo outra hipótese senão a revolução, mas uma revolução sem armas, com a força do voto.-----

----- Devemos celebrar esta data e a República, mas pensando nos seus ideais de igualdade e de defesa dos mais desfavorecidos e de condução ao bem comum de todos os Portugueses. Se assim não for, só poderemos esperar um completo alheamento a estas datas e, mais grave, aos ideais preconizados.-----

----- Se os Portugueses continuarem a sentir que não fazem parte do País de que ouvem falar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos discursos dos governantes. Se os Portugueses continuarem a sentir que aqueles em quem acreditam e lhe deram o seu apoio aparecem envolvidos em casos sempre mal explicados. Se não houver transparência nos actores da vida pública e as instituições só servirem para exigir cada vez mais, pouco dando em troca. Se os Portugueses viverem vergados ao peso das obrigações e não se sentirem felizes, como poderão participar na reconstrução do País?-----

----- No seio de um povo descontente será fácil conduzi-lo por outros caminhos, denegrir as instituições e a base democrática poderá facilmente ser posta em causa.-----

----- Comemoremos o cinco de Outubro e festejemos a República, mas uma República que seja sentida por todos os Portugueses como sua, porque percebem que quem os governa sente e nunca esquece os ideais que levaram à sua implantação em mil novecentos e dez. Muito obrigado.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a sua intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Público. A cinco de Outubro de mil novecentos e dez, implanta-se em Portugal um novo regime político. A Monarquia deu lugar à República. Não se tratou, por certo, da transição de um regime antidemocrático para um regime democrático, como aconteceu no 25 de Abril, pois ainda hoje funciona o regime monárquico em vários países e eles têm uma democracia pujante.-----

----- Aquilo que aconteceu na altura, foi a mudança, quase obrigatória, de uma classe política impotente para resolver os problemas do País. Sem querer menosprezar a atitude daqueles que proporcionaram tal data, a verdade é que hoje também a classe política tem de ser avaliada na maioria dos seus actores. Não para mudar o sistema, mas sim para refazer a democracia que serve de tecto a tanto dirigente político que diz governar em nome do povo e, contas feitas, só serve os seus interesses e da equipa que os sustenta.-----

----- O Povo, esse eterno sacrificado, paga os impostos para manter os vencimentos chorudos de toda a máquina montada que definha o País.-----

----- Hoje, ser político parece já constituir uma profissão. Uma profissão com saídas. É vê-los hoje no Governo e amanhã nas empresas com os tais vencimentos que, conhecidos pelos que quase nada recebem, são geradores de ódio e outros sentimentos que criam na sociedade portuguesa a revolta e a intolerância.-----

----- Pergunta-se, várias vezes, onde anda a justiça, que só penaliza as pequenas empresas e o cidadão comum, levando-os à falência e à miséria, e deixa imunes os grandes. É um descalabro. A caça à multa é discriminatória, e quando o não é, entram, então, em cena os bons e caros advogados. Criam-se esquemas para gastar o dinheiro público: nas empresas públicas, nas empresas municipais, nas parcerias público-privadas, nas fundações, etc.. Porém, às Câmaras Municipais pede-se para sustentar o insustentável, como é no caso da delegação de competências na área da educação, da saúde, do social. Mas às Câmaras, por desconfiança, talvez, de corrupção, por que não se estabelecem as mesmas regras? Para se conseguirem as



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vitórias eleitorais, promete-se o que não se tem e o resultado é a criação de uma dívida que compromete as gerações futuras.-----

----- Um País que não paga, e tanto cobra, tem uma atitude imoral e irresponsável. A máxima republicana, aqui, fica posta em causa. O sistema democrático está ameaçado. A crise, que alguém aqui disse que não é tão grande como as anteriores, não está ainda a viver a crise. É que lamenta-se isso. As pessoas pensam que esta é a verdadeira crise. A crise será quando estas medidas agora anunciadas, e outras que se hão-de anunciar a seguir, estiverem no terreno, caros amigos. Não estamos em crise, ainda. Estamos no princípio da crise, desculpem este aparte, cá do meu escrito, mas tem que haver alguma correcção àquilo que se vai dizendo. A crise está para começar. E está para começar com estas medidas drásticas que, mais uma vez, temos de assumir, não atingem essas pessoas que ganham vencimentos enormes. Digam-me, por favor, para que precisa uma pessoa, um cidadão, de três, quatro, cinco, quinze, vinte mil contos por mês? Para que querem esse dinheiro? Para criar um desequilíbrio entre ricos e pobres que, realmente, é confrangedor. Isto foi um aparte, mas que, realmente, as pessoas compenetrem disto: a crise está no horizonte, ainda não caiu aqui, ainda continuam a emprestar dinheiro a seis e tal por cento. Portanto, enquanto houver esse dinheiro não pode haver crise. Porque esse dinheiro não é para pagar as dívidas, esse dinheiro é para criar mais dívidas, portanto, mais encargos, mais dependência dos futuros portugueses que hão-de decidir sobre o futuro deste pequeno País.-----

----- Portanto, eu volto atrás, naturalmente para dar alguma coerência àquilo que disse. Portanto, a crise não justifica tudo. É tempo de equilibrar o modo de vida de uma classe política abastada como moralizar o monopolismo empresarial com uma classe média que hoje já grande parte vive no limiar da pobreza. Não é possível sair deste fosso em que nos encontramos: muitos não têm trabalho, outros não querem trabalhar, os nossos terrenos agrícolas estão abandonados, as nossas fábricas fecharam. Somos o país da formação. Tudo estuda, mas nada se aplica. Será possível tanto aperfeiçoamento? Não será a prática a melhor forma de aprender? Tantos jovens licenciados desempregados, saídos há pouco das universidades, não terão conhecimentos suficientes para desenvolver o país? Não se queira pôr em cheque o trabalho das Universidades.-----

----- A gestão deste país é feita só com o acessório. Até a aplicação dos fundos comunitários é feito a pensar num bom resultado político e nunca numa visão de desenvolvimento económico e social.-----

----- Estaria aqui muito tempo a falar, mas acredito que muitas das minhas preocupações terão, no limite, uma resposta eficaz da República, isto é, do Povo, do Governo, que há-de revitalizar esta democracia pela qual tantos democratas lutaram e que hoje se apresenta muito debilitada porque alimenta um sistema caótico, doente, com alguma corrupção à mistura, sem possibilidade de aglutinar as capacidades criadoras deste bom e nobre Povo Português. Viva a República! Viva Portugal!"-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para concluir a sessão comemorativa do Centenário da Implantação da República, com a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Senhor Presidente da Câmara, Senhores Secretários da Assembleia Municipal. Senhores Vereadores. Senhores Deputados Municipais. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e demais Autarcas aqui presentes. Caros concidadãos deste concelho de Anadia.*-----

----- *Encontramo-nos aqui, hoje, para celebrar cem anos sobre a data da Implantação da República Portuguesa. Num momento complexo da nossa história, envolta em graves problemas sociais e económicos, num crescente de grande descontentamento popular, um grupo de republicanos, com o apoio dos militares, provocou uma rebelião que culminou na aniquilação da Monarquia, fortemente mutilada dois anos antes com o assassinato do Rei e do herdeiro do trono, e na Implantação da República.*-----

----- *A contestação ao reinado de D. Carlos I subia de tom, na medida em que, para pagar obras públicas, se contraíam dívidas externas, aumentavam-se os impostos, medidas que originaram uma natural subida do custo de vida. A fraca postura da diplomacia portuguesa, nomeadamente quanto ao Ultimato Inglês, deixava uma imagem de uma nação sem carácter. Era pois natural que surgissem inúmeras pessoas a pensar que a monarquia poderia não se constituir como a melhor forma de governar o país, e que deveria ser substituída, até porque o rei governava toda a vida e, quando morria, era o seu filho mais velho que ocupava o seu lugar. Uma visão radical, revolucionária, perfeitamente racional à luz da democracia dos nossos dias, mas que era inovadora na época e que tinha como principal prerrogativa a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos perante o acesso à cidadania e à vida pública. Este pensamento, aliado ao facto de os ricos se tornarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, avolumando, desta forma, as assimetrias sociais, gerou uma situação política e económica insustentável.*-----

----- *A Revolução Republicana iniciou-se em Lisboa, na madrugada de quatro de Outubro. Grupos de cidadãos portugueses, partidários de um sistema de governo republicano e organizados militarmente por membros da Marinha e do Exército, iniciaram o movimento que acabou por conseguir acabar com a monarquia e instaurar a República, à semelhança do que vinha a acontecer noutros países da Europa. Durante a tarde do dia cinco, era então proclamada a República em Portugal, nas varandas da Câmara Municipal de Lisboa, um acontecimento que, pela sua importância, foi perpetuado como dia feriado de então em diante. Crescia na população o desejo pela afirmação da liberdade e da cidadania, e pelo combate à pobreza e às desigualdades. Mas não estarão estes ideais republicanos ainda bem presentes nos dias que correm, cem anos depois desta revolução?*-----

----- *Parafraseando Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Cavaco Silva, há um ano atrás, que dizia "a República de cidadãos livres e iguais, que merecem o respeito dos governantes". É isso que importa comemorar no cinco de Outubro. Dizia igualmente o Presidente que não podem existir "barreiras artificiais" entre o poder e o povo.*-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Também acredito que todas e quaisquer manobras ocultas, como o tráfico de influências, a corrupção, a obstrução insinuada, tão patentes na nossa sociedade, portuguesa e mundial, não se coadunam com os mais elementares princípios da República e da Democracia. Parece-me importante caminhar para uma maior modernização, e uma maior eficácia, aliados a uma melhor democracia. O povo deve ter o que é dele (a sua res publica – significando literalmente a "coisa do povo"), daí o permitir-me exortar todos a uma maior participação na vida cívica, seja ela de que natureza for, pois é um dever de todos nós, fazer parte dela. A cidadania é um exercício, não um mero estatuto – representamos apenas aqueles que nos elegeram e não as nossas ideias, ou as nossas vaidades. Se procurarmos lutar por uma sociedade melhor, com optimismo, com certeza que mais facilmente melhoraremos o que é de todos, ao invés de nos deixarmos envolver no pessimismo.*-----

----- *Quero acreditar que é possível uma sociedade sem invejas ou perseguições, onde cada um alcance o seu lugar sem artifícios ou manhas, mas pelas suas capacidades.*-----

----- *Quero acreditar que é possível uma sociedade que valoriza quem faz, ao invés de perseguir.*-----

----- *Quero acreditar que é possível contribuir para um futuro de progresso, com transparência, com vontade, com dedicação e com a participação de todos.*-----

----- *Quero acreditar porque quero deixar futuro que são possíveis os ideais da República e da democracia. Muito obrigado*-----

----- Antes de dar por terminada a sessão solene e comemorativa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os presentes de que a Assembleia Municipal iria reunir novamente em sessão extraordinária no próximo dia vinte e dois de Outubro.-----

----- Aproveitou, igualmente, para, no seguimento do convite formulado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, convidar os presentes para estarem presentes na inauguração das exposições "Letras e Cores - Ideias e Autores da República" e "República Portuguesa: 100 Anos, 100 Livros" e, ainda, na apresentação da monografia "Republicar Anadia. Memórias da Implantação da República", que iria decorrer naquele mesmo dia, na Biblioteca Municipal de Anadia, a partir das onze da manhã.-----

----- A concluir, deixou, ainda, a seguinte mensagem: "O cinco de Outubro trouxe-nos mudanças. Duas das mais importantes mudanças, visíveis, que nos trouxe o cinco de Outubro foi a nossa bandeira e o nosso hino. Convidava todos os presentes a encerrarmos esta cerimónia com o Hino Nacional."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi ouvido o Hino Nacional.-----

----- Nada mais havendo a tratar, deu de imediato por encerrada a sessão extraordinária, solene e comemorativa, quando eram dez horas e onze minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

